



III CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

DATA: 17 DE OUTUBRO DE 2011

Pronunciamento da Secretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Maria Coeli Simões Pires

SAUDAÇÕES

Aqui trago a mensagem de boas vindas do Governo do Estado à equipe da Presidência da República, fazendo-o na pessoa da coestaduana e eminente Ministra Iriny Lopes, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres; a saudação de Minas à Parlamentar Federal Jô Moraes, única mulher na bancada mineira junto à Câmara dos Deputados, e à representação feminina na Assembléia Legislativa de Minas Gerais: Deputadas Luzia Ferreira, Rosângela Reis, Maria Teresa Lara (Ana Maria e Liza Prado, que, embora ausentes, são também parceiras dos ideais que aqui se celebram). Estas parlamentares são peso de ouro nas tribunas legislativas da República e das Alterosas. Estejamos atentos às suas lições: nenhuma mulher há de ficar de braços cruzados; cada qual há de fazer a vez e a hora! Os cumprimentos aos movimentos sociais, na pessoa de Maria Isabel Siqueira, a Bebel, símbolo de luta pela emancipação da mulher. Permito-me destacar na platéia as ilustres presenças das Doutoradas. Judith Aurora Viegas e Lúcia Beatriz, representantes da OAB-Mulher, que aqui trazem o peso institucional da importante corporação da sociedade civil. Minhas saudações à Dra. Marlise Mattos, da UFMG, que nos espaços acadêmicos tem se desafiado com as questões de gênero. Registro os calorosos aplausos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, capitaneada pelo Secretário Deputado Wander Borges, compartilhando, nesta conferência, a responsabilidade e o sucesso deste evento, com a Subsecretária de Direitos Humanos e Presidente do Conselho Estadual da Mulher, Carmen Rocha, com a dinâmica Coordenadora da Coordenadoria Especial de Políticas para as



Mulheres, Eliana Piola, e suas laboriosas equipes com destaque para a comissão organizadora e as diretorias regionais. O reconhecimento à Sedese por possibilitar vivenciarmos esta extraordinária festa de emancipação do gênero, articulada com zelo, competência e transversalidade.. Por fim, as saudações aos senhores prefeitos, permitindo-me distinguir as presenças do Secretário Municipal José Nilson, ilustre representante do Doutor Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, de Maria Aparecida Vilela, Prefeita Municipal de Carmo do Rio Claro, de Luiz Carlos da Rocha, Prefeito Municipal de Antônio Prado de Minas, das distintas delegações de Alfenas e de Poços de Caldas, que brindam com elegância e gentileza o clima deste encontro. Aos demais prefeitos, vereadores, gestores, dirigentes das diversas coordenadorias especiais, aos colegas da Assembléia Legislativa, enfim a todos os parceiros desta iniciativa, que fazem a diferença e a legitimidade deste conclave, às senhoras e aos senhores, os votos de que a Conferência seja coroada de êxito.

Pois bem, aqui faço, igualmente, minha reflexão como mulher ativa, mas, também, de temperança, a leitura dos cenários que circunstanciam as políticas públicas para o gênero e, certamente, compartilho os sentimentos femininos.

I - INTRODUÇÃO

O ambiente é propício, e a natureza, sempre sábia, nos brinda com a linguagem da chuva, a nos lembrar a torrente de emoções que hoje vivenciamos nesta festa do feminino de nós mesmas. Em outra dicção: a natureza quer que saíamos dessa imersão de alma lavada.

Associa-se à chuva a voz de José Carlos, que traz o tom perfeito da mais legítima brasilidade.

Deixem-me invocar em minha oração um fragmento de um panfleto institucional da ACMinas– “Não é por acaso que Minas tem



nome feminino”. E completo: plural, como a mulher das alterosas, como este auditório!

Por isso mesmo, quero reverenciar em vocês, mulheres das tantas Minas Gerais, as vaqueiras dos sertões do Norte; as tropeiras das picadas na planura dos cerrados; as fazendeiras do leite e do café; as operárias do aço e da metalurgia; as garimpeiras do Mucuri; as barranqueiras do São Francisco; as boiadeiras do Rio Grande; as posseiras de terra partida; as ilustres e deslembadas de outros lugares de Minas e para além das Gerais; quero saudar “todas as vidas dentro de mim: na minha vida, a vida mera das obscuras.”, como poeta Cora Coralina

Seja agindo com ousadia ou atrevimento na vanguarda das mudanças sociais, seja na salvaguarda dos mais fecundos valores, ou na ruptura com preconceitos, as mulheres de Minas são únicas e plurais. E não há qualquer contradição nessa referência.

Os veeiros de Minas surpreendem, a cada garimpagem, com valiosas jóias; muitas e plurais. E aqui elas afloram em aluviões! Cada uma traz sua história e as de tantas, sua garra, sua força e suas angústias.

Somos todas irmãs de lutas, anônimas ou nominadas: nas esquinas, nos vales, nas montanhas, nos Gerais ou nas entranhas das Minas!

Mas, nesta reflexão, não me deterei em nomes que referenciam as grandes conquistas das mulheres.

Não quero falar de Maria da Penha, para não lembrar a covardia dos amores que se tornam ofensores.

Não quero falar da autora de “Mulheres em pedaços” da crônica policial, para não lembrar as chagas e as cicatrizes daquelas que se cortaram e partiram de dor.

Não quero falar de Madre Teresa, como a mulher mineira resignada que as montanhas conformam, a aconchegá-la no sofrimento, para não lembrar as irmãs curvadas ao peso de seus fardos.



Não quero falar das mulheres lavadeiras da beirada do rio, de fama internacional, de canto choroso que me dá lágrimas, para não lembrar as manchas, que a água não lava, na reputação de tantas.

Não quero falar da mulher que não se pertence, para não lembrar as que são cobijados troféus em mãos masculinas.

Não quero falar da mulher acostumada a aterrar os olhos no chão para pedir perdão dos pecados que não cometeu, para não lembrar aquela que, encoberta pelo véu da fé, sempre se culpou e nunca acreditou em si mesma.

Não quero falar das mulheres troianas, que no século XII a.C., depois do assassinato dos homens da cidade vencida pelos gregos, foram poupadas da morte só para servir de espólio de guerra, escravas ou concubinas em terras helênicas, para não lembrar as mulheres subjugadas pelo medo de seus próprios fantasmas.

O meu respeito a todas elas, mas aqui quero a coragem das mulheres deste auditório para a reflexão solitária ou coletiva!

Não sei se por acaso, o evento de hoje – em plena primavera esta dentro de um calendário que marca, pela primeira vez, a autoridade de uma voz feminina inaugurando o debate geral na Assembléia das Nações Unidas, em 66 anos da importante instituição, “tribuna que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo”.

Em 21/9/2011, na presença de grandes líderes mundiais, em Nova Iorque, a Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, abriu a sessão da Assembleia da ONU, afirmando que dividia a emoção do momento com mais da metade dos seres humanos deste planeta.

No mesmo calendário de efemérides, lembro o feito da ex-Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, à frente da Agência ONU Mulher, lançando, no último mês de julho, como primeiro documento oficial da Agência, relatório sob o título “O PROGRESSO DAS MULHERES NO MUNDO – EM BUSCA DA JUSTIÇA.” Um relatório que oferece uma



visão global sobre os direitos das mulheres em todo o mundo, que vão desde o de proteção contra violência doméstica, passando pelo de garantia de igualdade salarial, participação na livre iniciativa, até o acesso à justiça e à representação política nos diversos espaços de poder.

Na mesma linha, poderíamos fazer um balanço clivado por números sensacionais, apontando o protagonismo da mulher em diversas missões.

Não tenhamos, contudo, a ilusão de que do fato de termos uma mulher à frente dos destinos da nação e da circunstância de estarem as mulheres assumindo espaços de poder decorram mudanças imediatas para a vida de todas as mulheres. Há, sem dúvida, uma importância estratégica nessas conquistas e um ambiente que amplifica a voz feminina e, sobretudo, a ruptura com interditos quase intransponíveis para acesso das mulheres, como o da Presidência da República. Precisamos, no entanto, não descurar os permanentes desafios da equidade como forma de conquista de todo o gênero.

II – A AGENDA DAS CONFERÊNCIAS

Nesse sentido, a agenda nacional reserva, no próximo mês de dezembro, por convocação da Presidenta Dilma Rousseff, espaço para a realização, em Brasília da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Conferência que, além de permitir um balanço nacional sobre a situação da mulher no Brasil, tem como objetivo discutir e elaborar políticas **públicas voltadas à construção da igualdade, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, seja na sua condição de cidadã, seja na construção de sua referência como sujeito coletivo.** Não se tem em mente uma ampla revisão conceitual da autonomia da mulher, mas a



lógica pragmática da inclusão da mulher para a construção de uma autonomia efetiva, pela vertente da equidade.

Nesse cenário, as Conferências Estaduais são preparatórias daquele conclave nacional. Elas têm o **papel fundamental de articulação e mobilização dos municípios e sub-regiões, de forma democrática e participativa**, em torno da elaboração e da proposição de políticas públicas voltadas para as mulheres no Estado, bem como da sistematização das discussões para a política nacional.

Como é de conhecimento dos presentes, o **tema central da Conferência Nacional é a redução da miséria**, o qual deve ser enfrentado considerando a condição da mulher como chefe de família, sobretudo nos grupos familiares mais vulneráveis.

III – CENÁRIO E PONTOS DE ATENÇÃO

Com o propósito de apresentar uma visão MACRO do cenário que se encontra posto, trarei alguns dados sobre a mudança do perfil da estrutura familiar brasileira, ressaltando a importância do papel social da mulher nessa mudança:

III- 1. MUDANÇA NO PERFIL DAS ESTRUTURAS FAMILIARES E O NOVO PAPEL SOCIAL DA MULHER

Segundo Lesthague (1995), estão em curso, tanto no cenário mundial quanto no Brasil, três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social:

- **Revolução contraceptiva:** dissociação da sexualidade da reprodução;
- **Revolução sexual, principalmente, para as mulheres:** separação entre sexualidade e casamento;
- **Revolução no papel social da mulher e nas relações tradicionais de gênero:** homem provedor X mulher cuidadora.



O arranjo familiar predominante no Brasil continua sendo o do casal com filhos, com tendência à redução dos arranjos desse tipo.

Apesar da predominância de chefes homens, **observou-se que, nos últimos 10 anos, houve aumento expressivo de chefia feminina nesse tipo familiar**, que, em 2008, chegou a 31,2%.

Houve um expressivo aumento de famílias constituídas por casal sem filhos, das monoparentais (chefiadas por mulheres e homens morando sozinhos). **O aumento de domicílios formados por mulheres sozinhas é mais expressivo: sua proporção passou de 6,2%, em 1992, para 8,9%, em 2008, de modo que, no último marco temporal, tínhamos 5,1 milhões de mulheres vivendo sozinhas.**

III - 2. A EMPREGABILIDADE DA MULHER COMO COMBATE À MISÉRIA E COMO VIA EMANCIPATÓRIA

O aumento da proporção de domicílios chefiados por mulheres guarda estreita relação com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e na renda familiar, alterando as relações tradicionais de gênero da mulher cuidadora e do homem provedor. **Da renda familiar, 40,6% provém da mulher, sendo que 64,3% das mulheres contribuem para essa renda.**

Ocorre que, mesmo assumindo o papel de provedora, a mulher brasileira continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, cumulando com a condição de ocupada no mercado de trabalho. **A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos, em 2008, era de 87,9% e a de homens, 46,1%.** Mais expressiva era a diferença no número médio de horas trabalhadas em afazeres domésticos. **As mulheres ocupadas dedicavam às tarefas do lar, em média, 20,9 horas semanais, e os homens, 9,2.**



Em síntese, a família brasileira está mudando, e a mulher é uma das grandes responsáveis por isto. Com a sua efetiva participação no mercado de trabalho, ela está assumindo novos papéis sociais.

Sabemos que a grande maioria da população feminina ainda enfrenta situações de desigualdade. Pesquisas mostram que o valor médio dos salários pagos às mulheres ainda é muito menor do que o daqueles pagos aos homens e que as mulheres ocupam funções caracterizadas pelo desprestígio e pela baixa remuneração, apesar de já estudarem mais do que os homens.

III - 3. DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS: OS CONTRASENSOS DESSA MUDANÇA

Tratar da questão da mulher é verdadeiramente um desafio, principalmente quando se pensa nesse cenário no qual ainda se utilizam dois pesos e duas medidas.

As mulheres são maioria do ponto de vista demográfico e detêm uma pífia representação política; estudam mais, mas continuam desvalorizadas no mundo do trabalho; são responsáveis em grande proporção pelo trabalho doméstico e comparecem como as principais vítimas na estatística da violência no lar, entre outras situações de constrangimento.

Mas nós, também, fazemos uma marcha silenciosa e exploramos todas as potencialidades da energia transformadora nos espaços conquistados.

No processo de busca por igualdade, a diferença não pode ser ignorada. Mas é preciso lembrar que a diferença pode ser tomada em dupla perspectiva; como discriminação e como direito. E a perspectiva que se deve adotar é a da diferença enquanto direito.



III - 4. A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

Não podemos ter pudor: o grande desafio da mulher brasileira está relacionado com a representação política, e o quadro precisa ser revertido porque certamente influencia os demais.

Há de se fazer registro do fato de que a eleição da Presidenta da República não repercutiu de imediato na composição dos quadros políticos, de modo que, nas últimas eleições, pouquíssimas foram as governadoras e parlamentares eleitas.

Mesmo num quadro ainda muito restrito, é importante refletir sobre o conceito de poder que as mulheres inseridas nessa realidade têm, essa linha, algumas indagações se apresentam: como elas se colocam nas relações de poder? Por que o empoderamento nessa seara tem que soar tão estranho para a mulher e, ao mesmo tempo, tão naturalizado para o homem?

Nessa perspectiva, talvez o desafio não seja propriamente superar a discriminação da mulher, mas sim a dos espaços que ela pretende ocupar. Vale dizer: não se discrimina, diretamente, a mulher, mas se lhe interdita o espaço (político), tornando-o, por assim dizer, só acessível por concessão masculina. Tanto assim o é que muitas das mulheres que ascenderam ao poder chegaram até lá a partir do conceito de não-mulher (assume-se o poder pela referência masculina como Dama de ferro). Deve-se, ao contrário, aventar a desnecessidade de se sonegar o feminino que há na mulher na luta pelos espaços de poder.

Os dados mostram que a participação da mulher nos quadros políticos ainda é pequena.

É bom que se diga que nem o sistema de reserva de cotas partidárias para mulheres em percentual de 30% de vagas logrou mudar o quadro de exclusão no Brasil. Na Câmara dos Deputados, as mulheres não chegam a ocupar 10% das cadeiras (8,7), o que iguala o Brasil aos países árabes e o coloca em uma das posições mais desconfortáveis da



América Latina, se imaginarmos, por exemplo, que, na Argentina, elas ocupam 41,6% das vagas.

No ranking mundial, a representação feminina na Câmara dos Deputados ocupa o 107º lugar num conjunto de 137 países. Não é diferente no Senado: as brasileiras ocupam apenas 13,6% das cadeiras.

Nas Assembleias Legislativas dos estados brasileiros, as mulheres, em 2010, representam 11,6%. Temos dois estados governados por mulheres: Maranhão e Rio Grande do Norte.

O conservadorismo de Minas está refletido no tocante à representação política feminina. Hoje, temos 5 das 77 vagas da ALMG, e, em 170 anos de parlamento, 22 deputadas. Minas elegeu até hoje uma única senadora.

Já o Poder Executivo do Estado, com uma representação mais expressiva, conta com seis mulheres na equipe de primeiro escalão, o que representa 30% do quadro.

Pouco avança a representação feminina quando se têm em conta as ilustres fileiras dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Superiores.

O Tribunal de Justiça de Minas, com 124 membros na ativa, conta com 16 desembargadoras.

Há, também, sub-representação em outros espaços de poder.

As academias jurídicas, na mesma toada, evidenciam a distorção. Por exemplo, a Faculdade de Direito da UFMG, de um total de 76 professores, tem 24 mulheres docentes.

Igualmente, na Polícia Civil de Minas Gerais, o percentual de mulheres delegadas é de aproximadamente 23%.

Há, contudo, espaços em que a mulher começa a ter certo protagonismo, especialmente porque vêm conquistando maior grau de escolaridade.

A polícia Militar de Minas Gerais já avançou, haja vista a incorporação da mulher policial no escalão de comando de batalhões, com experiência bem-sucedida da Tenente Coronel Luciene



Magalhães de Albuquerque, uma mulher franzina que comandou com firmeza e sem deslizes 800 militares homens.

No âmbito do empreendedorismo no setor privado, o Brasil não se coloca em constrangimento perante o mundo, aproximando-se dos padrões internacionais, com um índice de 21% para uma média mundial de 25% de mulheres em funções dirigentes.

Ressalvados os campos de maior expressão da presença feminina, a persistente restrição que se têm imposto às mulheres é fruto de menoscabo atávico, que muita vez manifesta-se sem o concurso da vontade de quem o pratica. Muita vez, ainda, é mesmo fruto insidioso da praxe, como reflexo que irrompe pela espinha dorsal do povo, da academia e também do Estado.

Há nisso uma espécie de cumplicidade inexorável entre comodismo e cupidez.

Para tanto contribui também a imagem distorcida da mulher. Muito se tem dito, na literatura e nas artes, do ardil feminino, das artimanhas da sensualidade e da promiscuidade de pensamentos. O jungir-se a imagem feminina com o labéu da insídia é fugir às razões da inteligência, em nefasta inventividade.

É discurso perverso que alimenta a lógica de exclusão das mulheres.

Chamo a atenção das mulheres para esse paradoxo, para evitar que até mesmo o feminismo seja utilizado como legitimador de negação da mulher.

É certo que, se muito se deve aos movimentos feministas gestados na década de 60 do século XX, muito ali haverá que se emendar. Não se granjeia espaço nos cenários profissionais, desvestindo-se do que se tem de próprio, esgarçando o conteúdo mínimo da feminilidade, em verdadeiro desserviço à humanidade. A presença feminina nos círculos profissionais não pode ser força antagonista de si mesma.



É preciso ser autora, sujeita da própria vida, dos processos de transformação, sem se alijar das condições que lhe são próprias.

Essa desconstrução do discurso excludente e o estímulo para construção de política pública para as mulheres não se esgotam nos propósitos oficiais, na medida em que é preciso buscar uma verdadeira mudança em todos os níveis da sociedade.

As dificuldades não podem ser o pilar de sustentação da nossa resignação: elas precisam ser superadas, não só no processo de conquista de espaço, como, também, na necessidade de garanti-lo.

E devemos nos indagar: qual tem sido o preço pago pela mulher para conquistar seu espaço nesses campos? O emergir da mulher na seara política e jurídica é algo a custar-lhe a feminilidade? Qual o sacrifício do esquerdo pelo Direito?

Protagonismo profissional feminino não pode ser sinônimo de renúncia ao ser mulher. Não é, tampouco, concessão dos homens. É posição que se conquista sem estratégias mirabolantes ou estardalhaços, mas que se impõe pelo mérito, pela decência de conduta, pelo trabalho eficaz, pela firmeza de convicções.

É lamentável que ainda haja alguma prevenção ao acatamento da presença feminina nos círculos mais altos dos poderes da República. Quase sempre, pretensa benevolência ou tolerância. Mas há caminho para a redenção: a via democrática, que é capaz de emparelhar mérito e oportunidade.

III - 5. O PARADOXO PARTICULAR DA MULHER MINEIRA

A mulher deve trabalhar a autopercepção no seu âmbito de vivência, tanto como influenciadora quanto como influenciada. A mulher deve estar atenta a própria geografia em que se insere.

Para a mulher mineira, não pode ser ignorada a geografia montanhosa a conformar os processos de cultura e a imprimir-lhe traços próprios como o extremo recato. O reconhecimento dessas



peculiaridades é importante para dar, sempre que possível, temperar-se com outras realidades, buscando uma visão de mundo por um recorte comparativo, a partir das experiências do compartilhamento, do diálogo com outras culturais (nacionais ou estrangeiras).

IV – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES E EIXOS TEMÁTICOS

Para este subtema, lançarei mão sobretudo de suplementos de Ceres Pimenta, Secretária de Estado Adjunta de Educação, em anotações sobre a política de Direitos Humanos. Na definição das políticas públicas para as mulheres, deve-se partir do suposto de que elas não de se voltar para a realização de Direitos Humanos, na tentativa de construir uma noção de dignidade da vida e, também, da idéia de que tais políticas são temporalizadas e, por isso, expressam os limites e possibilidades de cada época histórica. Uma política de Direitos Humanos na perspectiva do gênero feminino deve estar integrada às políticas setoriais que promovem o desenvolvimento social, com foco nos grupos populacionais em situação de vulnerabilidades.

Nesse sentido, deve-se ter em mente o fato de que, quando negra, indígena, idosa, pertencente ao meio rural ou a algum outro grupo social marginalizado, a mulher tende a ser duplamente discriminada, do que resulta a necessidade de abordagens intersetoriais e transversais.

Os eixos de discussão da Conferência mostram perfeita sintonia com a proposta de transversalidade: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho- inclusão social; educação inclusiva, não sexista, não racista; saúde das mulheres- direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento se todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder; cultura – comunicação e mídia igualitária; desenvolvimento sustentável- acesso à terra e à moradia digna.

As políticas contemporâneas prestigiam diretrizes capazes de promover e garantir direitos, proteger a cidadania da violação de



direitos e assumir ações de restauração quando, ao fim e ao cabo, a violação ocorre. Orientado por tais formulações o estado de Minas Gerais tem avançado. Uma demonstração disso é a Casa de Direitos Humanos a ser inaugurada em breve. Nela serão instalados os diferentes Conselhos de direitos e de políticas no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento social , bem como vários serviços destinados à proteção da mulher no bojo de parcerias institucionais importantes e que materializam a concepção de transversalidade na construção de políticas para o gênero.

O Centro Integrado de Atendimento à Mulher- CIM reúne vários serviços de atenção à mulher vítima de violência- desde delegacias especializadas, varas judiciais com competência para julgar casos previstos na Lei Maria da Penha e serviços de atenção psicossocial às vítimas.

Na vertente da relação da mulher com o mercado de trabalho, merece registro o esforço de Minas Gerais na adoção de políticas de capacitação, na linha de autonomia econômica, além do apoio ao empreendedorismo, seja no campo da economia solidária, seja no da economia formal, com um olhar mais cuidadoso para as políticas de emprego e renda específicos para mulheres.

O caminho percorrido é longo e há ainda um percurso árduo a ser vencido, a julgar pela distância para superar a extrema pobreza, a negação manifesta dos direitos fundamentais, sem falar de outras violações.

Há muito a conquistar. Esse processo de mudança está em marcha e já é irreversível. No âmbito da administração pública, já foram institucionalizados o plano nacional e o estadual de políticas públicas para as mulheres.

Minas avança, assim, na lógica do empoderamento das mulheres, e da construção de condições de dignidade da mulher, pela



vertente inclusão, da promoção, da defesa e da restauração de direitos.

V - CONCLUSÃO

A mulher, seja pela natural incompletude, seja pelo processo histórico de repressão, é obstinada busca do indecifrável para muitos.

Há 75 anos, Freud escreveu, em carta a um amigo, uma confissão reveladora de seu maior desafio. Dizia o pai da psicanálise: “A grande pergunta que permaneceu sem resposta e à qual eu mesmo jamais pude responder, apesar de meus 30 anos de estudos da alma feminina, é a seguinte: O que quer a mulher?”

Parece hoje muito claro que essa resposta jamais poderia ser dada por um homem, nem que fosse Freud.

Já Cecília Meirelles, na mesma época, na década de 30, estranhando sua própria imagem, dizia, em “Retrato”: “Eu não tinha este rosto de hoje, assim tão calmo, assim tão triste, assim tão magro, nem estes olhos tão vazios...” e insinuava a resposta universal com uma pergunta também universal no último verso do seu poema: “Em que espelho ficou perdida a minha face?”.

Hoje podemos responder em coro eloqüente: O que a mulher quer é poder ver a sua própria face. Poder revelar-se em sua autonomia, sem que a pejorativa “fragilidade feminina” lhe roube os espaços de empoderamento, sem que lhe imponha ruptura com a sensibilidade. O que a mulher quer é a cidadania plena, a integridade como pessoa na estrutura social, seja no trabalho, seja no lar. O que a mulher quer é construir cidadania, é assumir suas próprias escolhas, isto é, exercer autonomia na diversidade.

E, em boa hora, a antiga rainha do lar vai cedendo espaço à dona e senhora de sua própria história, que, sem perder a essência feminina, consegue apontar à sociedade outras formas de decisão,



compartilhando o poder ao lado dos homens, resistindo ao embrutecimento do mundo.

Mas por esse caminho há muito que caminhar. Principalmente numa sociedade de múltiplas contradições, de assustadora violência, explícita ou velada, de fortes preconceitos, de desequilíbrios de toda ordem e de discriminações tão estratificadas.

Há sinais importantes desse caminho que trilhamos. Eles refletem a profunda mudança de mentalidade sobre a condição da mulher, que se processa no interior da sociedade brasileira, em especial neste Estado, e põem foco sobre todo o universo feminino.

Nesta segunda década do século 21, devemos romper com a visão atávica das desigualdades, para inaugurar momento novo. Não podemos, contudo, repousar em berço esplêndido sobre as conquistas.

Com plena consciência das diferenças e desigualdades entre gêneros, que ainda existem e teimosamente subsistem, nossa agenda há de ser positiva e afirmativa.

Principalmente porque não estamos em choque ou confronto com os homens; muito pelo contrário. Os próprios homens estão se tornando – quando ainda não o são – parceiros da causa feminina, descobrindo que nela também há uma via para o seu crescimento e para a competição das nações na ciranda global.

Tolerem-me, pois, os tortuosos e às vezes rebatidos caminhos da minha fala. Que a minha invocação se faz pela pauta institucional, pela profissional de muitas lutas, mas também pelas tantas mulheres que vivem dentro de mim, para usar palavras de minha querida Cora Coralina, de Goiás Velho.

Aqui está a mulher que, em menina, conheceu os proibitórios de seu tempo; em adolescente, viveu a ebulição dos sentimentos e os fenômenos do corpo; que, em anos de juventude madura, carregou a gravidez de seu tempo; que vigiou, depois, o rebuliço das crianças;



vivenciou os dramas da adolescência de seus filhos; que, em senhora, traz no rosto as marcas do tempo, no corpo, os sintomas que a biologia impõe, na biografia, as deixas da vida e do ser e, no curriculum, diplomas, títulos, registros de atividades e honrarias, a peso de suor e lágrima.

Caminhando para o final, trago um fragmento de minha fala em evento recente em torno do tema da mulher, lembrando que a pátria comum de mulheres e homens é a própria humanidade, tão necessitada hoje da aliança de igualdade entre os gêneros, para salvar, defender e cumprir a sublime missão que o Criador nos confiou, a de fazer desta Terra um verdadeiro Éden Celestial.

Precisamos perder o medo e assumir a coragem de realizar essa missão, que não pertence ao reino da utopia, mas pretende fazer da tosca e sofrida terra um jardim de promessa – Semeando ou plantando esperança.

Mulheres, no palco de nossas vidas, não façamos o exílio de cada uma, mas vivamos a cumplicidade da peça coletiva que o acaso constrói. Esta conferência ficará como uma dessas peças da mais fraternal contracenena.